



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXII — Nº 075

SEXTA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 129^a SESSÃO CONJUNTA, EM 4 DE AGOSTO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Defesa da criação do Ministério do Meio Ambiente.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Necessidade da apuração de denúncia feita pelo Professor Aldo Rangel de Carvalho, referente à contaminação do leite tipo "C".

DEPUTADO JOSE ZAVAGLIA — Considerações sobre o Projeto SANEGRAN, que objetiva o saneamento da Grande São Paulo.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Tópicos do discurso proferido pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura, na oportunidade da inauguração do Simpósio sobre o Ensino Universitário.

DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA — Realização da VI Conferência Nacional da Saúde. Aspectos da sucessão presidencial.

DEPUTADO RUY BRITO — Registro da emancipação política e administrativa dos Municípios de Santa Isabel e São Caetano do Sul — SP.

DEPUTADO ÁLVARO VALLE — Transcurso do 28^º aniversário do *Jornal de Letras*.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 60/77-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.553, de 20 de maio de 1977, que reajusta os vencimentos e salários dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências. Aprovado, à promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — PORTARIA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

— Nº 4, de 1977 (CMO).

ATA DA 129^a SESSÃO CONJUNTA, EM 4 DE AGOSTO DE 1977

3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 8^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAURO BENEVIDES

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — José Guiomard — Braga Junior — Evandro Carreira — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Marcos Freire — Murilo Paraiso —

Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Eurico Rezende — João Calmon — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO

Diretor Industrial

PAULO AURELIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 800,00

(Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00)

Tiragem: 3.500 exemplares

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossa Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antônio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marclio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Vanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antônio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Birto — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildércio Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leir Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcilio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanoel Waisman — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francilino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Francisco — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurélio Campos — MDB; Blotta Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egrelha — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacilio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Côdo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Hélio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Lúdovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA;

Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kiffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovin — ARENA; Gamalil Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoro Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhó — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffman — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uqued — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 52 Srs. Senadores e 343 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTONIO BRESOLIN (MDB, RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Há mais de ano, apresentei projeto determinando a obrigatoriedade do plantio de árvores ao longo das rodovias federais.

A proposição foi acompanhada de ampla justificativa, tratando da importância e da oportunidade da iniciativa. Citei, inclusive, o exemplo de outros países e relatei o criminoso desmatamento que ainda hoje impera em nossa Pátria.

Lamentavelmente, o meu projeto foi considerado inconstitucional, por mais que na proposição tivessem sido indicados inclusive os recursos para o plantio das árvores.

A despeito da incompreensão de parlamentares, e a ganância de brasileiros que devastam para ganhar dinheiro, além da quase completa ausência do IBDF, está tomando vulto no Brasil a conscientização de muitos brasileiros em relação ao problema.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, 1977 é considerado o Ano da Árvore. E outra iniciativa, muito oportuna, está consubstanciada no seguinte ofício da Câmara Municipal de Vereadores de Cerro Largo, no meu Estado:

Cerro Largo, 17 de junho de 1977.

Of. nº 42/77

Exmo Sr.
Deputado Antônio Bresolin
Câmara dos Deputados
Brasília — DF.

Senhor Deputado:

Consoante ficou aprovado em sessão ordinária deste Legislativo Municipal, realizada no dia 13 de junho passado, temos a honra e a satisfação de nos dirigirmos a Vossa Excelência, no sentido de solicitar os seus préstimos e o seu patriotismo, no sentido de que seja aprovado pelo Congresso Nacional, a legislação que torne obrigatório o *Plantio de Árvores* nas margens das rodovias federais, estaduais e municipais, desde que as mesmas sejam asfaltadas.

A referida legislação, uma vez aprovada, obrigará os municípios a fazerem o plantio e conservação das árvores nos trechos existentes em seu território, contribuindo decisivamente, no embelezamento das rodovias, no combate a poluição e na consequente renovação do ar.

Outrossim, solicitamos a interferência de Vossa Excelência, no sentido de gestionar junto a S. Exº o Ministro da Educação, para que o *Salário Educação* seja também estendido ao 2º Grau, pois que entendemos, mercê de sua combatividade e patriotismo, S. Exº o Ministro da Educação irá se sensibilizar e atender a esta justa reivindicação.

Sem outro particular objetivo, aproveitamos o ensejo para renovar a Vossa Excelência, nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Atenciosamente. — Vereador Guido Casildo Henz, Presidente — Vereador Ernani Schneider, 1º-Secretário.

Face a estes e tantos outros elementos que reclamam providências por parte do Governo, voltamos a insistir na imperiosa necessidade da criação do Ministério do Meio Ambiente, a exemplo dos existentes no Canadá e no Japão. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar Ghisi. (Pausa.)

S. Exº não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quando na Capital da República se promove o Simpósio para tratar do grave problema da saúde pública no País, com a presença do Presidente da República que destacou o trabalho da revolução nesse setor, constrange-me o noticiário inserido em *O Globo*, que passo a ler para que conste dos Anais do Congresso Nacional:

"O leite que bebemos atualmente é importado da França e hidratado aqui para ser consumido. Acontece que este leite só é utilizado para animais e é impróprio para o uso humano". A afirmação é do professor da UFRJ, Aldo Rangel de Carvalho, especialista em Tecnologia de Alimentos.

Para o professor, a denúncia feita no 8º Congresso Brasileiro de Microbiologia da UERJ de que o leite tipo C em 53%

das amostras submetidas a exames estava contaminado por bactérias *coli fecal*, "pode levar os responsáveis pela usina e pela inspeção à cadeia".

IMPRÓPRIO

Afirmou que não sabe como a contaminação do leite pode acontecer na comercialização, como entendem o Grupo Executivo de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura e as indústrias. Lembrou o professor que a contaminação por *coli fecal* deveria ser destruída na pasteurização. Explicou que o leite é comprado da França em pó e aqui hidratado, mas lá este leite não é utilizado para consumo humano, o que faz supor que a contaminação esteja vindo da França.

Segundo o professor Aldo, esta denúncia de contaminação "se constitui em matéria de crime contra a saúde pública" e pode levar o responsável à cadeia, por corromper gêneros alimentícios. Ressaltou que, neste caso, não só a usina mas também o organismo de inspeção oficial podem sofrer a pena que é de 5 a 15 anos. Lembrou que uma denúncia partida de um Congresso "não pode ser desmentida pelos fabricantes ou pela inspeção, que também foi enquadrada na acusação". E sugeriu que seja feito um trabalho pericial por órgãos técnicos oficiais.

Assim, impõe-se-me o dever de apelar para o Presidente da República a fim de que, prioritariamente, determine as providências cabíveis para apurar a grave denúncia do emérito professor universitário, que constitui séria advertência às autoridades responsáveis pela saúde do povo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Zavaglia.

O SR. JOSÉ ZAVAGLIA (MDB — SP) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há soluções de emergência, em matéria administrativa, que a linguagem popular sintetiza numa expressão: "Despir um santo, para vestir o outro". Inaceitável uma decisão desse tipo, na administração pública, num País em que existe um verdadeiro Ministério do Planejamento, copiado em Secretarias, por quase todos os Estados da Federação.

Uma dessas soluções inaceitáveis está sendo anunciada, no Estado de São Paulo, com referência à destinação dos esgotos urbanos. A administração anterior equacionara, para esse desafio da poluição, uma "solução integrada", agora substituída pelo programa SANEGRAN, ou seja, de Saneamento da Grande São Paulo. A primeira providência foi interromper a programação já iniciada pelo Governo anterior, que vinculava a destinação final dos esgotos ao Planejamento Metropolitan, prevendo seu escoamento por gravidade, utilizada a capacidade máxima da depuração de um dos braços do Rio Juqueri.

A nova solução consiste em continuar fazendo o despejo na Represa Billings, que é um incomparável patrimônio paisagístico e ecológico, um apreciável potencial turístico dos paulistanos e dos municípios da área da Grande São Paulo.

Ora, o aproveitamento dessa represa, como reservatório de água potável, determinaria uma solução muito mais barata do que qualquer outra, mesmo porque já há um sistema de abastecimento em plena atividade.

Durante o transcurso do XVIII Congresso Estadual de Municípios, realizado em Campinas, em 1974, a representação da Câmara Municipal de Diadema viu aprovada e incluída na "Carta de Campinas" uma tese onde se consignava que

o afastamento dos esgotos da Grande São Paulo, por meio de um túnel sob o maciço Cantareira ("Solução integrada"), se impõe como solução definitiva para a preser-

vação dos recursos hídricos que abastecem mais de metade da população do Estado."

Procurava-se a preservação da área como pólo de turismo e lazer, atendendo-se, ainda, à economia de petróleo, com o descongestionamento da via turística de Santos.

Ora, a solução apontada pelo projeto SANEGRAN transforma a Billings em lagoa de estabilização de esgotos, além de vir sendo contestada pela maioria dos técnicos e autoridades sanitárias e administrativas da região, por se tratar de um reservatório de água da própria capital paulista.

O custo desse inaceitável projeto está orçado em setenta bilhões de cruzeiros, para conclusão em vinte e três anos, representando uma despesa duas vezes superior aos dispêndios com a construção da hidroelétrica de Itaipu.

Das porque os municípios da Grande São Paulo apóiam a tese sustentada na Carta de Campinas, ainda hoje com o apoio unânime da Câmara Municipal de Diadema, no sentido de ser adotada a "solução integrada", de forma definitiva, por encontrar-se já em início de execução e por preservar, também, como reservatório, como patrimônio turístico e como manancial hídrico a Represa Billings.

Apoiando essa reivindicação, Srs. Congressistas queremos afirmar o nosso ponto de vista de que o Projeto SANEGRAN, além de dispêndios, ofende aos interesses de preservação ambiental da grande São Paulo e é socialmente desastroso para a população de toda a região metropolitana bandeirante.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente: (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ao inaugurar ontem o Simpósio sobre o Ensino Universitário, o Ministro da Educação fez um brilhante pronunciamento na Câmara dos Deputados, do qual extraio alguns trechos para que constem dos Anais do Congresso Nacional:

"A pertinência dos assuntos que serão versados, o alto nível dos conferencistas e o momento em que este Seminário se realiza, dentro do mais sério e respeitável clima intelectual e científico, deixam-me a antecipada certeza de ser uma realização extremamente oportuna da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

Por isso, ao assinalar, desde logo, os meus votos de pleno êxito, não poderia deixar de manifestar o meu aplauso à Comissão e, particularmente, ao seu Presidente, Salvador Julianelli, por esta iniciativa que honra as tradições desta Casa.

Passado quase um decênio, desde que se iniciou a implantação no País da Reforma Universitária, é importante que assuntos dessa natureza sejam reexaminados à luz da nova situação do ensino superior brasileiro.

Nessa ordem de considerações, sabidamente um dos aspectos mais debatidos tem sido o da qualidade do ensino que é ministrado. Nem sempre, porém, se explica o que, sob esse título, está sendo questionado. Podem ser os métodos e técnicas de ensino. Pode ser o seu conteúdo, visto sob o ângulo do rigor científico. Pode ainda ser a adequação desse conteúdo e das formas pelas quais é transmitido.

Discutir a maior ou menor qualidade do ensino oferecido, sobretudo quando se pretende fazer comparações no tempo, é portanto mais complexo do que poderia parecer. O que se põe em causa de juízo está, na maioria das vezes, relacionado apenas com a transmissão de conhecimentos e a preparação prática dos alunos de certas carreiras profissionais, em função de necessidades sociais conhecidas.

Mas o que são "necessidades sociais"? Não parece que devam ser apenas aquelas determinadas pelo mercado de trabalho. As de natureza artística, filosófica, cultural, na mais ampla abrangência desse termo, por que exclui-las do rol das legítimas aspirações a que parcelas da sociedade e indivíduos têm direito? A Universidade não é, nem poderia, converter-se em máquina de formação técnica exclusiva. Cabe-lhe, principalmente, completar a formação do ser humano, como tal entendido na plenitude de suas potencialidades mentais, espirituais e físicas. Nela se deve forjar a capacidade para a convivência e a transigência no accessório e mutável, em benefício da fidelidade ao permanente e inegociável.

Já tem sido observado que todas as reformas de ensino adotadas no Brasil, desde o Império, propunham-se, exatamente, a melhorar a qualidade do ensino. E estamos sempre, nós também, voltados na mesma direção, buscando o aperfeiçoamento das condições de educação em todos os níveis. Esta é uma sensação que, à primeira vista, pode parecer desalentadora, porque levaria a pensar que o esforço até agora desenvolvido não apresentou resultados positivos. A correção no tempo, das distorções e mesmo dos desacertos, leva-me a reconhecer na permanente busca da perfeição o próprio reflexo do homem, de sua essência, de sua condição, do seu ser. Nenhuma dessas situações, porém, confunde-se com a visão derrotista que estamos percebendo, particularmente no ensino superior, daqueles que não querem enxergar o quanto já foi feito para vencer dificuldades e abrir novas perspectivas para a universidade brasileira. Não será, sem dúvida, nesse clima pessimista que se irão apresentar e debater as diferentes contribuições que o Seminário se propõe a recolher. Todos nós estamos seguros de ser impossível explicar, racionalmente, os consideráveis avanços vividos pelo Brasil na Ciência, na Técnica, nas artes, na Economia e em todas as suas manifestações ao longo do tempo, se a tese do declínio da universidade fosse verdadeira.

Depois de outras considerações, o Ministro Ney Braga prosseguiu em seu pronunciamento:

O sistema de ensino superior continuará, com certeza, a expandir-se. Pelos resultados já colhidos, o esforço maior, daqui por diante, deverá concentrar-se em como orientá-lo, do ponto de vista da natureza das áreas de ensino e dos cursos. A nova fase é muito mais complexa do que a anterior. Uma expansão controlada impõe difíceis opções sobre o que é mais relevante, em cada região, para a promoção material e espiritual de suas populações. Deverão, por isso, ser compatibilizados indicadores de necessidades sociais a nível local, regional e nacional.

Desde o segundo semestre de 1974, solicitamos do egrégio Conselho Federal de Educação a adoção de procedimentos que incorporem maior rigor nas decisões de autorização de novos cursos. No início deste ano, sugerimos novas medidas no mesmo sentido. O Conselho, através de comissão especial, vem estudando, e já aprovou, as primeiras normas inspiradas nesse propósito.

As autorizações e os reconhecimentos de cursos superiores, no sistema federal de ensino, nos últimos dois anos e meio, já refletem essa atitude. As novas exigências, que serão adotadas ainda no curso de 1977, consolidarão esta política.

No mesmo sentido, deve ser entendido o Plano Nacional de Pós-graduação, o Programa de Melhoria e Aperfeiçoamento dos Hospitais Universitários, o Programa de Assistência Técnica às Instituições de Ensino Superior, o Programa de Crédito Educativo, no qual estão beneficiados 280 mil estudantes carentes, a organização e funcionamento do Banco de Teses, a expansão do Programa do Livro Didático

para o Ensino Superior, o Programa de Construção dos *Campi* Universitários, o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão, a criação de Centros de Formação de Tecnólogos."

E mais adiante, terminando o seu discurso, disse o Ministro Ney Braga:

"É seguramente no meio universitário que sentimos, mais diretamente, as aspirações e necessidades da sociedade que desejamos construir. Compreendê-las, sem desespero quanto ao futuro, embora sem choque com o passado, não é a menor sabedoria, nem o menor equilíbrio, de quantos têm a difícil e nobre missão de conduzir a universidade brasileira de nossos dias.

Na verdade, quanto mais trocarmos experiências, mais estaremos preparados para o exercício das nossas responsabilidades. Os senhores sabem que o Ministério da Educação e Cultura confia no trabalho que desenvolve a universidade brasileira e entende o valor da sua autonomia. Fica, pois, o meu aplauso muito sincero aos organizadores e participantes deste seminário. Estou certo de que daqui sairão contribuições positivas para continuarmos o trabalho pela Educação, que é missão de todos nós."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ruy Brito.

O SR. RUY BRITO (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O recesso de julho nos impediu de consignar aqui, em tempo hábil, certos eventos importantes de alguns municípios de São Paulo.

Queremos aproveitar a reabertura dos nossos trabalhos para fazer referência à passagem, no período de 8 a 10 de julho, do 145º aniversário da emancipação político-administrativa do Município de Santa Isabel, no Estado de São Paulo, e enviar ao seu operoso prefeito, Sr. Waldir José Cabral Saueia, e também ao povo daquele município, as nossas congratulações e os nossos votos de crescente prosperidade.

Da mesma, queríamos consignar as nossas congratulações ao povo do Município de São Caetano do Sul, pelo transcurso, no dia 28 de julho, do I Centenário da fundação daquela cidade, que é uma das mais importantes do Estado de São Paulo, cujo parque industrial proporciona um volume de arrecadação que supera, com larga margem, a arrecadação de muitos Estados da Federação. Ao povo de São Caetano do Sul, através do Dr. Raimundo da Cunha Leite, seu digno Prefeito Municipal, e ao Dr. Roberto Leandrini, Presidente da Câmara de Vereadores, queremos transmitir, também, as nossas felicitações.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Completa vinte e oito anos o *Jornal de Letras*, a única publicação literária brasileira mensal e que, há tanto tempo, vem prestando serviços à cultura do nosso País, graças à dedicação e ao esforço de Elycio Condé, a quem este País tanto deve.

Nesta oportunidade, ao invés de acrescentarmos elogios que se vêm fazendo em toda parte ao *Jornal de Letras*, preferimos transcrever o editorial daquele jornal. Tendo-o nos Anais deste Congresso Nacional, estamos certos, prestamos a nossa homenagem e, seguramente a este Congresso, que Elycio Condé e o *Jornal de Letras* tanto merecem.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ÁLVARO VALLE, EM SEU DISCURSO:

JL: 28 anos

O *Jornal de Letras*, ao completar seus 28 anos de existência ininterrupta, com o lançamento do número 316-julho/1977, sente-se com um dever cumprido, no que se propõe: trabalhar pela cultura, servindo às letras e às artes do País. Modesto, sem nenhuma pretensão, não olhando obstáculos, atento à curiosidade intelectual da coletividade.

Estamos, cada vez mais, penetrando em todo o Brasil e no exterior. Mais de duas mil cidades do Brasil recebem e leem o JL. No exterior é rara a Universidade que não assina este mensário. Onde há uma Embaixada do Brasil ou um Consulado, o jornal está sempre presente.

Vamos continuar; ainda há muita vontade de prosseguir; cada número lançado é mais uma alegria e uma satisfação para o trabalho dos que aqui mourem. O microfilme dos seus primeiros 27 anos é encontrado nas Universidades e Bibliotecas estrangeiras; escritores e artistas brasileiros que colaboraram nas suas páginas estão hoje servindo de temas para lições sobre nossas letras no estrangeiro, através do microfilme.

Retornando a um passado distante sentimos que foi muito sacrifício para uma tarefa tão espinhosa que nos propusemos realizar e que continuamos tentando. A semente já está plantada e quando algum dia passar a outras mãos, estamos certos de que poderão continuar na mesma meta — servir sempre à cultura. É comovedor o apelo que recebemos, em centenas de cartas de todo o Brasil, incentivando-nos e mostrando quanto o JL tem sido útil no seu trabalho, nas Escolas e Universidades.

Os que trabalham no JL não o fazem por interesse material, pois o jornal nada tem a dar, pois apenas deseja servir a uma boa causa. Durante todos esses anos temos procurado levar a todos os recantos da nossa terra notícias e informações da vida dos livros: de quase todos os concursos literários realizados no País: informes sobre a vida cultural nos Estados; a presença dos seus escritores e a divulgação de suas obras.

A direção do JL agradece a todos os que aqui, indistintamente, colaboraram durante tantos anos pela sua sobrevivência, prestando assim, juntos, expressivo serviço à cultura do nosso País.

Elycio Condé

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Para a leitura da Mensagem Presidencial nº 71, de 1977-CN, referente ao Decreto-lei nº 1.557, de 14 de junho de 1977, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 72, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.553, de 20 de maio de

1977, que reajusta os vencimentos e salários dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo pelas duas Casas do Congresso e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.)

PORTRARIA N° 04, DE 1977 (CMO)

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, designo os Senhores Senadores Saldanha Derzi e Evelásio Vieira e os Senhores Deputados Renato Azeredo e Jorge Arbage para, sob a Presidência do Senhor Senador Saldanha Derzi, constituírem uma Comissão que defina, no prazo de quinze dias, as Normas e Instruções a serem seguidas na tramitação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 1978 e do Projeto de Lei Orçamentária Plurianual de Investimentos para o triénio 1978/1980.

Brasília, 4 de agosto de 1977. — **Cattete Pinheiro**, Presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00